

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15-04-99

hulstje
h
h

Aos quinze dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e noventa e nove, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Aveiro, reuniu ordinariamente a mesma Câmara, sob a Presidência do Sr. Presidente, Dr. Alberto Afonso Souto de Miranda, e com a presença dos Vereadores Srs. Dr. José da Cruz Costa, Eng.º Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Domingos José Barreto Cerqueira, Dra. Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, e Eng.º Eduardo Belmiro Torres do Couto.

Pelas 14 horas e 30 minutos foi declarada aberta a presente reunião.

FALTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Vereador Eduardo Elísio Silva Peralta Feio.

APROVAÇÃO DE ACTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar as actas nº 15 e 16.

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA: - A Câmara tomou conhecimento do balancete da tesouraria relativo ao dia 14 de Abril, corrente, o qual acusa o seguinte movimento em dinheiro: - Saldo do dia anterior em operações orçamentais – dezassete milhões cento e quarenta e sete mil setecentos e dois escudos e setenta centavos; Saldo do dia anterior em operações de tesouraria – quarenta e cinco milhões seiscentos e catorze mil setecentos e setenta e sete escudos; Receita do dia em operações orçamentais – setecentos e dezanove mil seiscentos e setenta e sete escudos; Receita do dia em operações de tesouraria – trinta e quatro mil quatrocentos e trinta e seis escudos; Despesa do dia em operações orçamentais – cinco milhões seiscentos e setenta e três mil trezentos e sessenta e oito escudos; Despesas do dia em operações de tesouraria – seis mil escudos; Saldo para o dia seguinte em operações orçamentais – doze milhões duzentos e vinte e um mil onze escudos e setenta centavos; Saldo para o dia seguinte em operações de tesouraria – quarenta e cinco milhões seiscentos e quarenta e três mil duzentos e treze escudos.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Handwritten notes and signatures:
✓
Rui Pedro
A
A
A

ILIMINAÇÃO PÚBLICA: - No uso da palavra a Sr.^a Vereadora Dra. Maria Antónia alertou para o facto de junto ao Canal Central, antes de se chegar à Ponte Dubadoura, o piso estar já pavimentado, não lhe parecendo que esteja prevista a iluminação pública. O Sr. Presidente informou que iria solicitar aos serviços municipais respectivos que averiguassem a situação em causa.

TRÂNSITO - PEDONALIZAÇÃO DAS RUAS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, COIMBRA E NASCIMENTO LEITÃO, EM AVEIRO: - O Sr. Presidente deu conhecimento que a partir do próximo dia 19 se vai proceder ao encerramento ao trânsito automóvel dos arruamentos acima referidos, a fim de se dar início aos trabalhos de colocação de novas infra-estruturas e posterior calcetamento.

AVEIRO E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: - Na sequência da recente deslocação a São Tomé e Príncipe, o Sr. Presidente deu conhecimento que a viagem correu muito bem e serviu para fortalecer os laços de amizade existentes com aquela Região, tendo dado a conhecer o protocolo de cooperação assinado entre o Instituto de Cooperação Portuguesa e as Câmaras Municipais de Aveiro, Benavente, Marco de Canavezes e a Região Autónoma do Príncipe, com vista ao empreendimento de um conjunto de acções que visam a salvaguarda e recuperação do património histórico imobiliário na cidade de Santo António. Salientou, ainda, o facto de ter sido entregue um projecto de abastecimento de água à cidade de Santo António, em sua opinião fundamental para a salubridade da ilha e essencial para a erradicação da malária, doença que está já a ser objecto de uma experiência piloto, levada a efeito por um professor da Faculdade de Ciências Médicas, com uma nova técnica que o Instituto está a desenvolver, tendo o mesmo ficado muito entusiasmado com a entrega do nosso projecto, dado que estão também a trabalhar para a construção de um aterro sanitário e portanto só resta a última parte do circuito que é o saneamento. Concretizada a execução de todas estas infra-estruturas, aquela região fica com umas condições excelentes para se desenvolver em termos turísticos.

Por unanimidade, foi deliberado ratificar a assinatura do referido protocolo, cujo documento fica a fazer parte integrante da presente acta.

Deu entrada na sala o Sr. Vereador Jaime Simões Borges.

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA JOANA: - No uso da palavra o Sr. Vereador Domingos Cerqueira deu conhecimento de um ofício enviado pela Autarquia em epígrafe, a reconhecer a forma operacional e digna como os Serviços Municipais de Protecção Civil acompanharam o espectáculo "Chuva de Estrelas", que teve lugar no passado dia 27 de Março, no auditório da sede daquela Junta de Freguesia.

Deu entrada na sala o Sr. Vereador Prof. Celso Santos.

DIA DAS CIDADES IRMÃS: - O Sr. Presidente informou o Executivo de que o Almoço das Cidades Irmãs, onde vão estar presentes representantes das cidades de Pelotas (Brasil), Ciudad Rodrigo (Espanha), Arcachon e Bourges (França) e ainda a Confederação Luso Galaica, terá lugar no próximo Sábado, dia 17 de Abril, tendo convidado todos os Srs. Vereadores para estarem presentes.

O Sr. Vereador Prof. Celso Santos questionou sobre o modo como foram efectuados os convites, dado que se apercebeu de que não estarão representadas algumas cidades com as quais Aveiro está geminada ou tem relações de amizade, referindo que lhe parecem existir algumas diferenças em relação ao procedimento adoptado por este Executivo e o procedimento seguido pelas Câmaras anteriores. Acrescentou ainda que sempre que a Câmara se deslocava a uma destas cidades era recebida de uma forma muito calorosa e portanto perguntou se este acolhimento estaria a ser retribuído ao mesmo nível. Outra questão que levantou teve a ver com o facto de por vezes a Câmara faltar a convites que lhe são dirigidos, como foi o caso do convite efectuado por Arcachon para Aveiro se fazer representar na cerimónia oficial de geminação entre aquela Cidade e Ciudad Rodrigo.

O Sr. Presidente explicou que inicialmente confirmou a sua ida e, a certa altura, teve que informar da impossibilidade de estar presente, com pena sua, porque, entretanto, surgiu o convite para se deslocar a São Tomé e mais ninguém estava disponível, contudo, considerou ser de facto importante o convite efectuado.

O Sr. Vereador Prof. Celso Santos disse não se justificar, uma vez que, sendo a Câmara constituída por nove elementos, concerteza, alguém estaria disponível.

O Sr. Presidente aproveitou para referir que este ano se estão a verificar muitas solicitações no sentido de serem reactivadas as relações existentes, nomeadamente do Brasil, e que talvez este ano, ou no próximo, se deva organizar uma delegação para visitar as cidades de Belém do Pará, Cubatão e Pelotas, tendo também dado nota de um pedido insistente da cidade de Natal, bem como de outros países, como por exemplo, Moçambique.

Deu entrada na sala o Sr. Vereador Eng.º Belmiro Couto.

POLÍCIA JUDICIÁRIA: - A Sr.ª Vereadora Dra. Maria Antónia levantou a questão do insólito espectáculo de "strip-tease", que ocorreu no jantar de despedida ao inspector da Polícia Judiciária, Eduardo Dias Costa, servido pelo Restaurante Olaria, localizado no Centro Cultural de Congressos. O Sr. Vereador Prof. Celso Santos levantou a questão do modo como está a ser utilizado aquele espaço, tendo o Sr. Vereador Jaime Borges esclarecido que o jantar decorreu na Sala Contemporânea, para a qual solicitaram autorização, não sendo do conhecimento da Câmara que do mesmo constava o referido espectáculo, motivo este, por si só, considerado suficiente, por aquele Sr. Vereador para a Câmara manifestar o seu desagrado pelo ocorrido.

O Sr. Presidente considerou ser de facto lamentável o sucedido, contudo, disse tratar-se de uma situação a que a Câmara estava completamente alheia e, por isso, também concordava que se oficiasse àquela Entidade a manifestar o desagrado desta Autarquia, procedimento este que mereceu a concordância de todos.

PAVILHÃO MULTIUSOS – ELABORAÇÃO DO PROJECTO: - Na sequência da deliberação tomada na reunião de 28 de Janeiro, último, o Sr. Presidente deu conhecimento do relatório final do júri do concurso para a elaboração do projecto do Pavilhão Multiusos, constituído pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Alberto Souto de Miranda, representante da Ordem dos Arquitectos Portugueses, Arqt.º Walter Rossa, representante da Ordem dos Engenheiros, Eng.º Manuel José Estrela Esteves e representantes da Câmara Municipal de Aveiro, Arqt.ºs Helder Tércio Guimarães e António Crespo Osório.

O Sr. Presidente informou que foram apresentadas 26 candidaturas, das quais se deveriam eleger cinco candidatos e que, após quatro reuniões de trabalho, foram seleccionados os seguintes concorrentes: AO – Oficina de Arquitectura, Lda; J.L.C.G. Arquitectos, Lda.; Regino Cruz Arquitectos e Consultores, Lda. e J.A. Arquitectos, Lda, Mais informou, que no

apuramento do quinto lugar persistiu um empate entre os concorrentes: Atelier da Cidade -
Arquitectura e Planeamento Lda.; Lusotecnica/Nuno Leónidas - Arquitectos Associados, Lda.;
Tomás Taveira - Projectos, Estudos Urbanos e Sócio Económicos, S.A.; Consulmar -
Projectistas e Consultores Lda./GAPRES; Santa Rita - Arquitectos, Lda. e A. Nunes de
Almeida - Arquitectos, Lda.

Considerando que o programa de concurso prevê a atribuição de um prémio no valor de mil contos, a cada concorrente seleccionado e, considerando que no mesmo documento não estão previstos critérios de desempate, não tendo os critérios de selecção das candidaturas conduzido a uma escolha mais clara, surgiram dúvidas quanto ao procedimento a adoptar.

Deste modo, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar um parecer sobre o assunto à CCRC, no sentido de se saber se tal prémio deve ser repartido pelos cinco concorrentes, ou se poderá atribuir-se a cada um dos classificados, como acima se referiu em ex-aequo, o prémio de mil contos.

PROTOCOLO PARA A RECUPERAÇÃO DA ÁREA DO GRUPO SUL DO

SALGADO DE AVEIRO: - O Sr. Vereador Eng.º Belmiro Couto disse que pretendia fazer um pedido de agendamento para uma reunião que possa dedicar algum tempo à seguinte causa que considera de grande importância para Aveiro: "o acesso regional sul de Aveiro". De facto o processo de planeamento da Autarquia, que considero de extrema importância para o desenvolvimento do Concelho, refiro-me à revisão do PDM, aos Planos de Pormenor em curso e para novas áreas, ao estudo do tráfego e mobilidade, ao plano estratégico e gabinete de cidade, se é que têm tido continuidade (que então desconheço), não nos é dado participar nesse processo de discussões, algumas das quais considero urgentes, devendo necessariamente ser desenvolvidas num contexto de grande transparência, participação e abertura. Reparei que no protocolo sobre o "Salgado Sul", distribuído com a última acta, algo que considero que merece uma profunda reflexão, poderá ser comprometido se este estudo, que de resto aplaudo a iniciativa e apoio a sua prossecução, vier a avançar com soluções de planeamento que colidam com a resolução da acessibilidade sul de Aveiro que considero "por realizar". Hoje assistimos a que o trânsito regional de Aveiro-Sul, ou seja aquele que chega a Aveiro pela variante de Mamodeiro, em breve também, pela via regional do IC-1, e podemos até considerar relevante a EN 235, com destino ao Porto Comercial, às Gafanhas e às Praias, passa na sua quase totalidade por uma zona urbana, carregada de equipamentos escolares, desportivos e zonas

residenciais. Acresce ainda que, apesar de existir uma obrigatoriedade de desvio do trânsito pesado à entrada de Aveiro-Sul, para quem vem de Mamodeiro, obrigando que camiões TIR, com destino ao Porto Comercial, transitem ao longo da EN 109 até ao nó do Feira-Nova, tomando então o IP5 até ao Porto Comercial, tal não se verifica na prática, pois de facto o tráfego de pesados faz-se quase todo pelo interior da cidade, poupando uns bons 8 Km, três cruzamentos com semáforos e longas filas de espera na 109, o que até torna compreensível a atitude dos camionistas. De facto, não há em Aveiro, um acesso regional pelo Sul que circunde a cidade, obrigando a que todo o trânsito para poente: Praias, Gafanhas e Porto Comercial, passe por dentro da cidade. Este acesso, claramente da competência do Estado, ou da JAE, urge solucionar. Nas artérias urbanas em questão existem: a escola EB 2,3 João Afonso, a Universidade de Aveiro, o Seminário, o Complexo de Piscinas, a Pista de Atletismo, o Hospital Distrital, a Cerciav, o Conservatório de Música, três Pavilhões Desportivos, o novo Mercado, vários bairros residenciais, podendo-se contar mais de uma dezena de passadeiras de peões, com especial utilização diária por vários milhares de alunos de todo o parque escolar existente na zona. No meu ponto de vista, importa encontrar um traçado que ligue o acesso Aveiro-Sul da Auto-estrada A1 até ao IP5 na zona das Gafanhas, em perfil de via dupla 2+2. Esse traçado, em relação ao actual, deverá na zona das Quintãs, desviar para Verdemilho/Coutada e seguir, por uma zona sensível da Ria de Aveiro, até entroncar com o IP5 na Gafanha da Nazaré. Nas Quintãs deveria ser feito, em desvio, o acesso sul à zona urbana de Aveiro. Só desta forma conseguiremos criar uma circulação a Sul de Aveiro e a Norte de Ílhavo que feche as principais vias regionais e simultaneamente resolva o problema do acesso Sul de Aveiro ao Porto Comercial, evitando o atravessamento urbano. Não creio que a construção do ICI resolva a circulação em torno do centro da cidade (vai continuar a ser uma opção mais curta alcançar o nó das salinas por dentro da cidade, quer para pesados quer para ligeiros, que estes nunca serão impedidos de o fazer); também não creio que a "circular de Ílhavo" seja uma solução para estes problemas (essa circular apenas vai fechar a cidade de Ílhavo, fazendo ligação com o ICI e eventualmente com o IP5, não constitui um eixo regional Aveiro-Sul/Porto Comercial); também as inter-municipais Vagos/Ílhavo pelo litoral não são uma solução alternativa a este traçado (ligarão demasiado a sul na auto-estrada A1, em Anadia? - ou apenas no IC 1 a sul de Vagos). Estou certo que se esta alternativa não for prevista e construída, o trânsito regional Aveiro-Sul/Praias-Porto Comercial, vai continuar a fazer-se por vias urbanas perfeitamente desajustadas a essa função. Porventura, o mesmo corredor desta via, Quintãs/Nazaré, também poderá conter a linha de ferro para as Gafanhas/Porto Comercial, localizando-se então, o

terminal de mercadorias da CP junto da estação das Quintãs de onde o ramal ferroviário partiria para o Porto Comercial, mas isto carece de melhores estudos. O Estado, a JAE, vai sempre lutar contra este ramal, ele será caro e vai tocar uma área sensível da Ria. Só com determinação desta Autarquia esta obra poderá vir a ser uma realidade. Proponho que seja feita uma reflexão sobre este tema, com apoio técnico e cartográfico, em reunião que o Sr. Presidente considere oportuna, para breve, permitindo ao Executivo consciencializar esta necessidade.”

O Sr. Presidente disse ser efectivamente necessário avançar-se com os estudos e obviamente que a questão dos acessos deverá ser ponderada. Mais informou que já há alguns meses foi oficiado à JAE, no sentido de aquela entidade estudar a possibilidade de duplicação da actual variante às EN 235/335, estando também a aguardar o estudo da REFER, relativo ao acesso ferroviário alternativo ao traçado junto do IP5, pelo que, na oportunidade, os mesmos serão trazidos ao conhecimento do Executivo.

ALIENAÇÃO DE BENS – URBANIZAÇÃO A SUDOESTE DE CACIA: -

Presente um requerimento apresentado por Virgílio Luis Pereira Gonçalves, adquirente do lote nº 36, do sector 11, sito na Urbanização em epígrafe, a solicitar certidão de extinção da cláusula de reversão, bem como autorização para venda do referido lote a terceiros. Considerando a informação prestada pela Repartição de Património e Notariado, que aqui se dá por transcrita, a Câmara deliberou, com a abstenção da Sra. Vereador Dra. Maria Antónia, autorizar o pedido formulado.

IDEM – URBANIZAÇÃO DE MAMODEIRO: - Foi presente um requerimento apresentado por João Fernando Gomes dos Santos, proprietário do lote de terreno nº 14, da Urbanização em epígrafe, a solicitar a extinção da cláusula de reversão, para efeitos de venda daquele lote a terceiros, uma vez que não tem possibilidades económicas para concluir a habitação. Por unanimidade, foi deliberado, autorizar a venda do lote a terceiros, mantendo-se contudo a cláusula de reversão a favor do Município, constante da respectiva escritura, prorrogando-se por mais dois anos o prazo para conclusão da obra.

SUBSÍDIOS: - Por unanimidade, foi deliberado, ratificar o despacho do Sr. Vereador Jaime Borges que, em face de uma informação dos Serviços de Desporto, autorizou a realização, por parte da Divisão de Serviços Gerais, de diversas obras numa pista de modelismo

do *Grupo Desportivo de Azurva*, nomeadamente a colocação de brita e saibro, e cujo custo ascendeu a seiscentos e oitenta e um mil e quinhentos escudos;

- Por proposta do mesmo Sr. Vereador, foi também deliberado, com o voto contra do Sr. Vereador Eng.º Belmiro Couto atribuir um subsídio no valor de três mil e quinhentos escudos ao *Rotary Clube de Aveiro*, para pagamento dos serviços do motorista que efectuará o transporte dos participantes na "Assembleia Rotária", a realizar no próximo dia 24 de Abril.

O Sr. Vereador Eng.º Belmiro Couto apresentou a seguinte declaração de voto: "O Rotary Clube de Aveiro, tem desenvolvido uma actividade muito meritória para a região de Aveiro, nomeadamente no desenvolvimento social, educativo e profissional, em açções como bolsas de estudo, intercâmbio internacional com clubes das cidades irmãs, o arranque do Banco Alimentar de Aveiro, entre muitas outras. Oportunamente e ocasionalmente, tem pedido apoio a esta Câmara para essas actividades, sem resposta, e neste caso, para um encontro nacional de mais de três centenas de pessoas, acho que a Câmara não deve deliberar este apoio financeiro, será com certeza mal interpretado, proporia que esse valor fosse pedido ao Clube pelos SMA e esta proposta tivesse sido retirada."

- O Sr. Vereador Jaime Borges apresentou ainda o pedido formulado pela *APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.*, relativamente ao qual, foi deliberado, por unanimidade, atribuir o subsídio de quinhentos mil escudos para apoiar a participação da equipa Delmar Conde nas regatas a realizar na Costa de Portugal e da Galiza.

ORDEM DE TRABALHOS: - *De seguida deu-se início à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos.*

SERVIÇOS MUNICIPAIS - AQUISIÇÃO DE UMA CENTRAL TELEFÓNICA: - Considerando a deliberação tomada na reunião de 21 de Janeiro, findo, que procedeu à abertura de concurso por negociação, com publicação prévia de anúncio, para o fornecimento de uma Central Telefónica Digital (PPCAD), o Sr. Presidente deu conhecimento do relatório elaborado pela Comissão de Negociação, segundo o qual a proposta classificada como a mais vantajosa é a apresentada pela Firma PORTUGAL TELECOM, S.A., no valor de dez milhões oitocentos e cinquenta mil escudos, acrescido de IVA.

Relativamente ao tipo de concurso adoptado para este fornecimento, e ao procedimento posterior à adjudicação o Sr. Vereador Prof. Celso Santos solicitou alguns

esclarecimentos, uma vez que no anterior Executivo tais procedimentos não eram adoptados motivo pelo qual lhe advêm algumas dúvidas, nomeadamente pelo facto de se deliberar uma adjudicação sujeita a alegações dos concorrentes preteridos.

O Sr. Presidente informou que a lei é expressa quanto a este assunto, tendo a Sr.^a Directora dos Serviços Administrativos acrescentado que tal procedimento vem no sentido de se evitar que os processos venham à Câmara em dois momentos distintos, o primeiro apenas para deliberar que a deliberação vai no sentido da adjudicação ser feita a determinada empresa e, por conseguinte, proceder à audiência prévia e o segundo, para confirmar o acto da adjudicação, sendo óbvio que se surgirem reclamações, as mesmas serão objecto de análise por parte do Executivo.

Também a Sr.^a Vereadora Dra. Maria Antónia disse ter algumas dúvidas quanto ao modo como é feita a negociação, ou seja, se são negociados os preços, condições, etc., e se a Comissão de Negociação substitui a Comissão de Análise e se tem alguma responsabilidade.

O Sr. Presidente explicou que, de acordo com a Lei, recebidas e analisadas as propostas, a negociação é conduzida por uma comissão, composta no mínimo por três elementos, como foi feito, designada pela entidade pública contratante, e consiste na discussão das propostas de cada um dos concorrentes. Mais informou, que a Câmara baseia sempre a sua posição no parecer da Comissão de Análise, que é constituída por pessoas idóneas nas matérias, que ao assinarem os relatórios estão a comprometer a sua credibilidade profissional e, como tal, é dever do Executivo confiar neles. É evidente que se os concorrentes não estiverem convencidos do ponto de vista técnico e financeiro, vão concerteza impugnar o concurso e então aí caberá à Câmara analisar e, se necessário, rever a sua posição.

A Sr.^a Directora dos Serviços Administrativos acrescentou que este foi o primeiro concurso que se fez deste tipo e que a Comissão de Análise, que neste caso se chama Comissão de Negociação, abriu as propostas na presença de todos os candidatos e, dada a complexidade das mesmas, interrompeu a sessão, que foi retomada à tarde, para negociarem com cada um dos concorrentes. Quanto a situações em que surja alguma dúvida do ponto de vista jurídico, a Sr.^a Directora dos Serviços Administrativos disse que responderá às mesmas sempre que interpelada pelos Srs. Vereadores, porquanto quando os processos são presentes à reunião de Câmara, não passam previamente por si.

Imediatamente a seguir, o Sr. Presidente submeteu o assunto à votação, após o que foi deliberado, por unanimidade, com base na informação prestada pela Comissão de Negociação, transmitir aos interessados que a deliberação da Câmara vai no sentido da

adjudicação ser feita à Firma PORTUGAL TELECOM, S.A., pela já mencionada importância de dez milhões oitocentos e cinquenta mil escudos, acrescida de IVA.

Mais foi deliberado, por unanimidade que, caso não sejam apresentadas alegações pelos concorrentes preteridos, no prazo legalmente estabelecido, consideram-se aprovadas a adjudicação e a minuta do contrato.

FORNECIMENTOS - DESRATIZAÇÃO DE VÁRIOS LOCAIS DO CONCELHO E DESINFESTAÇÃO DE ALGUNS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS: - Na sequência da deliberação de 4 de Março, do corrente ano, foi presente o processo de concurso relativo ao fornecimento de prestação de serviços em epígrafe, bem como a informação da comissão de análise, segundo a qual a proposta que apresenta preço mais vantajoso é a da Firma CAFUM, LDA.. Foi deliberado, por unanimidade transmitir a todos os concorrentes que a intenção deste Executivo vai no sentido de a adjudicação ser feita à citada firma, pela importância de quinhentos e noventa mil escudos, acrescida de IVA.

Mais foi deliberado que, caso não sejam apresentadas quaisquer alegações, no prazo legalmente estabelecido, a adjudicação considera-se aprovada.

FORNECIMENTOS - TRÂNSITO - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS EMISSORAS DE BILHETES: - Presente o processo relativo ao fornecimento em epígrafe, cujo concurso foi aberto por deliberação de 11 de Fevereiro, findo. Lida a informação da comissão de análise, segundo a qual, a proposta que apresenta preço mais vantajoso para o fornecimento de máquinas emissoras de bilhetes para as zonas parconizadas, é a da Firma RESOPRE, foi deliberado, por unanimidade, transmitir a todos os concorrentes que a intenção deste Executivo vai no sentido de a adjudicação ser feita à citada firma, pela importância de dezanove milhões setecentos e vinte e dois mil novecentos e noventa escudos, acrescida de IVA.

Mais foi deliberado que, caso não sejam apresentadas quaisquer alegações, no prazo legalmente estabelecido, a adjudicação e a minuta do contrato consideram-se aprovadas.

IDEM - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉCTRICO: - Conforme deliberação tomada na reunião de 25 de Fevereiro, último, foi presente o processo relativo ao fornecimento contínuo de material eléctrico, para o ano em curso, acompanhado da informação prestada pela comissão de análise das propostas, a qual é de opinião que o material seja adjudicado à Firma

MARTELO ELÉCTRICO, LDA., por apresentar preços mais vantajosos. Em face do exposto, a Câmara deliberou por unanimidade, adjudicar o citado fornecimento à referida Firma, na modalidade de ajuste directo, pelos valores constantes da proposta apresentada e que aqui se dão como transcritos.

Mais foi deliberado, por unanimidade que, caso não sejam apresentadas alegações no prazo legalmente estabelecido, a adjudicação considera-se aprovada.

URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO CRUZEIRO – EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS: - Face à informação prestada pelo DOM/DV, no sentido de se proceder à realização da empreitada em epígrafe, foi deliberado, por unanimidade, abrir concurso público para o efeito, nos termos do artº 48º do Decreto-Lei nº 405/93, de 10 de Dezembro, prevendo-se uma estimativa de custos na ordem dos trinta e cinco milhões de escudos.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar o caderno de encargos e programa de concurso, juntos ao correspondente processo.

EDIFÍCIO DO ANTIGO TURISMO – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA A RECEPÇÃO NA NOVA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO: - Face à informação prestada pelos Serviços Municipais competentes, foi deliberado com as abstenções dos Srs. Vereadores Eng.º Cruz Tavares e Prof. Celso Santos, proceder à abertura de concurso limitado sem apresentação de candidaturas, com carácter de urgência, nos termos da alínea c) artigo 32º do Decreto-Lei 55/95, de 29 de Março, para o fornecimento em epígrafe, cuja estimativa orçamental deverá atingir os sete milhões de escudos.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar o caderno de encargos e programa de concurso, juntos ao correspondente processo.

PLANO DE PORMENOR DA BAIXA DE SANTO ANTÓNIO – REVISÃO: - O Sr. Presidente deu conhecimento de uma informação prestada pelo Departamento de Planeamento e Gestão do Património, a dar nota que no âmbito do processo de revisão do Plano de Pormenor da Baixa de Santo António, e no cumprimento do caderno de encargos do respectivo concurso, o Gabinete adjudicatário, D'AVEIRO, Engenheiros e Arquitectos, Lda., entregou já os elementos referentes à 1ª fase, que constituem a actualização da cartografia,

levantamento de condicionantes, proposta de programa-base e listagem das entidades a consultar.

Presentes na reunião dois elementos da equipa projectista, que iniciaram a apresentação do estudo, referindo que se trata de uma revisão de um plano de pormenor que respeita em grande parte as directrizes existentes. As alterações mais significativas prendem-se com a resolução de compromissos da Câmara, com a nova proposta volumétrica e funcional para a praça localizada nas traseiras do edifício do Governo Civil e também com a replanificação das traseiras, incluindo as situadas a sul, sendo a dinamização do jardim também uma aposta do plano.

Foram levantadas e discutidas algumas questões do ponto de vista habitacional, dos equipamentos a instalar e da utilização de espaços, relativamente às quais os técnicos responsáveis prestaram os esclarecimentos tidos por convenientes e bem assim o Sr. Presidente.

Ausentou-se da reunião o Sr. Vereador Eng.º Cruz Tavares.

O Sr. Vereador Eng.º Belmiro Couto congratulou-se com a elaboração do presente estudo, tendo aproveitado para fazer referência a alguns aspectos que considerou fundamentais, tais como, a recomendação genérica da Câmara quanto à inclusão de pistas para bicicletas em qualquer plano de pormenor, a dinamização das áreas desportivas e dos seus apoios, sendo sua opinião que a questão não se resolve apenas com um balneário e considerando ser importante a existência de um espaço administrativo de gestão, com um funcionário e, eventualmente, um clube que possa fazer a gestão das instalações e, por fim, referiu-se às propostas de equipamentos na encosta sul da área ajardinada.

A resposta a esta questão foi justificada pela necessidade de conformar visualmente as traseiras dos edifícios habitacionais e poder vir a possibilitar a criação de espaços de ateliers para artistas plásticos.

A Sr.ª Vereadora Dra. Maria Antónia considerou que a construção proposta é muito longa e vai estragar completamente a colina verde existente.

O Sr. Vereador Eng.º Belmiro Couto aludiu, ainda, ao facto de sentir que à medida que vão nascendo mais prédios, vão dando um sentimento de privatização da Baixa de Santo António, pelo que propôs um desafio ao Sr. Presidente, no sentido de tornar a Baixa de Santo António menos privada e mais colectiva, e que passaria pela aquisição por parte da Câmara do piso baixo dos edifícios, de forma a que esses espaços pudessem ser utilizados por colectividades, porventura, por núcleos de artes plásticas, ou por associações da cidade.

O Sr. Presidente considerou que esta ideia resultaria melhor se em vez de se terem escritórios fechados, se optasse por cafés com esplanadas e restaurantes, permitindo às pessoas que já estão habituadas a utilizar este espaço, a usufruir melhor dele.

Seguiu-se ainda troca de impressões entre todos os presentes, após o que o Sr. Presidente submeteu o presente estudo à votação, o qual mereceu a aprovação, por unanimidade.

PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO: - Por todos os membros do Executivo, foi distribuída cópia do Projecto do Regulamento em destaque para análise e reflexão, a fim de o assunto ser objecto de decisão na próxima reunião.

COMEMORAÇÕES DO 25º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL: - O Sr. Vereador Jaime Borges aludiu às actividades constantes do programa comemorativo do 25º aniversário do "25 de Abril", do qual consta, nomeadamente, a actuação de vários grupos teatrais, bandas musicais, ranchos Folclóricos, coros, grupos poéticos e um espectáculo multimédia.

Por unanimidade, foi deliberado, concordar com o programa apresentado, bem como o orçamentado previsional, e como tal autorizar o pagamento das respectivas despesas que ascendem, aproximadamente, a dez milhões novecentos e quarenta e seis mil escudos.

Relativamente a este assunto, o Sr. Vereador Dómingos Cerqueira apresentou a seguinte declaração: "A propósito das comemorações do 25 de Abril, quero manifestar o meu desacordo e alguma tristeza, em relação à comissão nomeada pela Câmara para organizar essas comemorações. De maneira nenhuma quero pôr em causa o prestígio, a dignidade e o amor a Aveiro e a Portugal dessas pessoas. Mas não são os únicos que vão construindo a Democracia em Aveiro, e não são os únicos Aveirenses a merecerem para Aveiro o título de Terra da Liberdade. Embora tenham tido um papel insubstituível em todo o processo democrático, não podemos esquecer todos os que, ao longo destes 25 anos, se têm vindo a dedicar, também com um entusiasmo inextinguível, à consolidação da Democracia. Lutando é certo em partidos políticos diferentes das daquelas pessoas, mas lutando em partidos políticos que até têm merecido, maioritariamente, a confiança dos Aveirenses. Gostaria de ter visto, também, estes Aveirenses na comissão a que me refiro."

O Sr. Presidente e o Sr. Vereador Jaime Borges esclareceram que foram efectuados contactos a um leque alargado de pessoas, contudo a maior parte não respondeu.

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS – SUBSÍDIOS: - Pelo Sr. Vereador Jaime Borges foi dado conhecimento de uma informação dos Serviços de Cultura, a qual dá conta dos resultados de uma consulta efectuada junto de 56 Associações Culturais existentes no Município, relativa às actividades a desenvolver pelas mesmas, durante o ano em curso.

Após uma audição prévia de quase todas as Associações, durante a qual foram analisadas os projectos apresentados, segundo diversos critérios, constantes da informação supracitada e que aqui se dão por transcritos, foi deliberado, por unanimidade, atendendo ao importante papel desempenhado pelas Associações Culturais na dinamização da vida cultural Aveirense, conceder os seguintes subsídios: ACAV – duzentos mil escudos; Núcleo de Arte de S. Bernardo – cem mil escudos; Cine Clube de Aveiro – oitocentos mil escudos; Projecto Dança de Aveiro – duzentos mil escudos; Grupo Folclórico do Baixo Vouga – duzentos mil escudos; Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas – trezentos mil escudos; Grupo de Cantares - “Xailes de Aveiro” – trezentos mil escudos; Rancho Folclórico de N.ª Sra. da Nazaré – cem mil escudos; Grupo Folclórico de Cacia – duzentos mil escudos; Grupo Folclórico do Carregal – cem mil escudos; Rancho Folclórico Rio Novo do Príncipe – cem mil escudos; Grupo Folclórico de Santo António de Mamodeiro – cento e cinquenta mil escudos; Rancho Folclórico das Alagoas – cem mil escudos; Banda Quinta do Picado – um milhão de escudos; Coral Vera Cruz – quinhentos mil escudos; Coral de S. Pedro de Aradas – quinhentos mil escudos; Sociedade Musical de Santa Cecília – trezentos mil escudos; Associação C. Orquestra Ligeira – duzentos mil escudos; Graduale – oitocentos mil escudos; Tuna e Coro de Santa Joana – duzentos mil escudos; Associação R. Eixense – quinhentos mil escudos; Fanfara de S. Bernardo – oitocentos mil escudos; Grupo Cultural e Recreativo da Taipa – quatrocentos mil escudos; Grupo Cultural Semente – seiscentos mil escudos; Associação Teatral de Fátima – duzentos mil escudos; ACAD – setecentos mil escudos; GREUA – quatrocentos mil escudos; Grupo Poético de Aveiro – quinhentos mil escudos; Grupo Cultural Etnográfico de Requeixo – cem mil escudos; e Associação de Antigos Alunos do Liceu de Aveiro – cem mil escudos.

ACAV – ASSOCIAÇÃO ARTE E CULTURA DE AVEIRO –
PROTOCOLO: - Seguidamente o Sr. Vereador Jaime Borges submeteu à consideração do

Executivo o teor do protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Associação em epígrafe e que, no essencial, visa o apoio por parte desta Autarquia, na prossecução dos objectivos daquela Associação, designadamente, na divulgação, valorização e dinâmica cultural nas mais variadas expressões artísticas.

Seguiu-se uma breve troca de impressões sobre o teor do referido documento, após o que foi deliberado, por unanimidade, considerar aprovado o protocolo, cujo teor fica a fazer parte integrante da presente acta, e no qual esta Câmara se compromete a conceder um subsídio mensal de duzentos mil escudos àquela Associação.

SOCIEDADE RECREIO ARTÍSTICO – GRUPO DE CANTARES

“XAILES DE AVEIRO” – PROTOCOLO: - Ainda pelo Sr. Vereador Jaime Borges, foi também colocado à consideração da Câmara o teor do protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo de Cantares - “Xailes de Aveiro”, cujo teor aqui se dá como transcrito e cujo objectivo será a divulgação musical, para além da formação dos elementos daquele grupo. O Sr. Vereador informou que, nos termos do referido protocolo, compete à Câmara Municipal assumir a atribuição de um subsídio no valor de trinta mil escudos mensais

Posto à votação o protocolo acima referenciado, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, ficando o mesmo a fazer parte integrante da presente acta.

CONCURSO “UMA TERRA A DESCOBRIR”: - Pelo Sr. Vereador Jaime Borges foi apresentada uma informação prestada pelos Serviços de Educação desta Câmara Municipal, relativa à acta da reunião do júri do concurso em destaque, realizada no Centro Cultural de Congressos de Aveiro, no passado dia 14, a qual se dá aqui por transcrita.

Segundo a referida informação, após a apreciação dos trezentos e vinte e oito trabalhos apresentados pelos vários níveis de ensino das Escolas do Concelho, o júri do concurso deliberou atribuir vários prémios de acordo com o estipulado no regulamento de concurso, ascendendo o seu custo a setecentos e oitenta mil escudos. Dada a quantidade das Menções Honrosas, foi proposta a atribuição de um prémio de valor simbólico a cada um dos trabalhos destacados, os quais são em número de trinta e dois. Neste sentido, deliberou o Executivo, por unanimidade, atribuir um subsídio de duzentos mil escudos para este fim.

II EXPEDIÇÃO RIA DE AVEIRO EM KAYAK: - Pelo Sr. Vereador Jaime Borges foi presente ao Executivo uma informação prestada pelos Serviços de Cultura desta

Câmara Municipal, onde se propõe que a expedição em destaque, a realizar em Aveiro nos dias 8 e 9 de Maio, seja integrada no programa das Festas do Município e a atribuição, à Associação de Canoagem de Aveiro, de um subsídio no valor de cem mil escudos para minimizar as despesas com a realização deste evento.

Foi deliberado, por unanimidade, aceitar o proposto.

PROGRAMA "JUVENTUDE PARA A EUROPA": - De novo no uso da palavra o Sr. Vereador Jaime Borges trouxe ao conhecimento do Executivo uma informação da técnica municipal competente, relativo ao Intercâmbio com Holargos (Grécia), no âmbito do Programa "Juventude para a Europa". Nesta acção, que decorrerá entre 16 e 23 de Abril, próximo, participarão 15 representantes de associações, grupos, movimentos partidários, entre outros, bem como 2 técnicos desta Autarquia.

Perante a citada informação, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a realização de despesas de viagem e de seguros, até ao montante de setecentos e três mil e trezentos e sessenta e um escudos, sendo que as restantes despesas serão comparticipadas pela Estrutura Nacional deste projecto.

INDEMNIZAÇÕES: - Foi presente o processo de Maria Natércia Neves dos Santos Farias, relativo ao pagamento da quantia de trinta e seis mil escudos, como indemnização por danos patrimoniais, sofridos por força de um acidente ocorrido a 9 de Outubro de 1997, ao sair da sua viatura que se encontrava estacionada na Rua Almeida Garret.

Face à informação prestada sobre o assunto pelo Departamento dos Serviços Administrativos, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão formulada, dado não ser responsável pelo acidente, pois, de acordo com as informações prestadas pelo serviço responsável, os funcionários da Câmara vedaram a passadeira para impedir a passagem de peões enquanto procediam aos trabalhos de pintura da mesma e, portanto, o acidente só ocorreu por ter sido desrespeitada a sinalização.

JUNTA DE FREGUESIA DE ESGUEIRA - SUBSÍDIO:- Face a um pedido formulado pela Junta de Freguesia em destaque, deliberou o Executivo, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de um milhão quarenta e um mil setecentos e cinquenta e um escudos, para fazer face às despesas com as obras de pavimentação de arruamentos, realizadas pela firma *RICAM - Construções, L.da*.

✓ *Bu* *DA* *de*

Fe *de* *Ch*

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS ARTISTAS DE ESGUEIRA - Foi presente

um officio enviado pela Junta de Freguesia de Esgueira, dando nota da dificuldade sentida pela Associação em destaque, no sentido de encontrar um espaço adequado à implantação da sua sede e ao desenvolvimento da sua actividade, a qual envolve a realização de cursos de formação em diversas artes, nomeadamente pintura a óleo e aguarelas, pintura sobre porcelana, pintura em azulejo, flores artificiais, bordados e arraiolos.

Em virtude de o espaço disponibilizado no edificio da Junta de Freguesia já não corresponder às necessidades sentidas e até que seja criada a Casa da Cultura, a Junta de Freguesia de Esgueira propõe o aluguer de uma sala, no edificio do Cruzeiro, pelo preço de cento e vinte mil escudos. A mesma Junta propõe ainda que o pagamento referido seja repartido da seguinte forma: cem mil escudos suportados igualmente pela Junta e por esta Câmara Municipal e os restantes vinte mil escudos, juntamente com as futuras despesas com a limpeza e o consumo de água e de luz, fiquem a cargo da Associação.

Posto o assunto à votação, foi deliberado, por unanimidade, aceitar o proposto, através da elaboração de um contrato-programa, cujo texto deverá ser submetido à aprovação do Executivo numa próxima reunião.

TABELA DE TAXAS E LICENÇAS: - A Câmara tomou conhecimento de um requerimento da firma, RED - Rede Europeia Difusão Litoral-Publicidade Exterior, Lda. no qual se solicita que a liquidação das taxas de publicidade respeitante ao ano de 1999 e devida por aquela empresa, seja efectuada em prestações trimestrais de quinhentos e dezasseis mil duzentos e cinquenta escudos, conforme consta do requerimento.

De acordo com a informação prestada pela Repartição de Taxas e Licenças, foi deliberado, por unanimidade, deferir o pedido apresentado.

PUBLICIDADE: - Face ao pedido formulado pela Rádio Moliceiro e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos anos anteriores, foi deliberado, por unanimidade, por proposta do Sr. Vereador Eng.º Cruz Tavares, autorizar a celebração de um contrato anual com aquela Rádio, pela quantia de seiscentos mil escudos, com o objectivo de divulgar as Exposições que decorrerão no Parque de Feiras e Exposições.

ALIENAÇÃO DE BENS – LOTEAMENTO DE AZENHAS DE BAIXO: - Em

face da informação técnica do DPGP nº 44/99 a Câmara deliberou, proceder à venda em hasta pública, de 2 lotes, nº 1 e nº 4, a base de licitação de quatro milhões e oitocentos mil escudos, para o lote nº 1, e cinco milhões e quatrocentos mil escudos no que respeita ao lote nº 4 e nas demais condições de venda juntas ao processo que, depois de lidas, foram aprovadas por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, marcar a hasta pública para o próximo dia 6 de Maio, próximo.

ALIENAÇÃO DE BENS - LOTEAMENTO DE MAMODEIRO: - Foi ainda

deliberado, também por unanimidade e de harmonia com a informação do DPGP nº 42/99, pôr em arrematação em hasta pública os lotes nºs 11, 26, 27 e 28, do loteamento em epígrafe, da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, nas condições constantes do respectivo processo, que aqui se dão como transcritas e que foram aprovadas.

Relativamente a esta hasta pública, foi deliberado, por unanimidade, que a mesma tenha igualmente lugar na 1ª reunião pública do Executivo, no mês de Maio.

IDEM – QUINTA DO GRINÉ: - Também de acordo com uma informação do

DPGP, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à venda em hasta pública, dos lotes nºs 13 e 14, com as áreas de 421 m² e 378 m², para uma base de licitação de quatro milhões e duzentos mil escudos, e três milhões e oitocentos mil escudos, respectivamente, e nas condições constantes do respectivo processo e que aqui se dão como transcritas. Mais foi deliberado, por unanimidade, que a respectiva hasta pública se realize na reunião pública que terá lugar a 6 de Maio, próximo.

LICENÇAS DE OBRAS: - Presentes e apreciados os seguintes processos de

obras:

- Nº 415/90, de CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE AVEIRO e outros, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a emissão do alvará de loteamento, de acordo com a informação técnica nº 168/99, do DPGP, de 25 de Março, findo;

- Nº. 142/83, de JOSÉ ROQUE DE MATOS E OUTRO. Pretendendo o requerente introduzir algumas alterações a elementos não constantes das prescrições do alvará mas sim da

memória descritiva e dado que o mesmo é omissivo quanto ao uso, foi deliberado, por unanimidade, deferir a pretensão formulada.

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o n.º 4, do Art.º 85.º, do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março.

A presente acta foi distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o art.º 4.º, do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de Novembro de 1963.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 20 horas e 30 minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, Isabel Maria de Almeida Ferreira Amorim,

Directora dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Aveiro, subscrevo.

Isabel Maria de Almeida Ferreira Amorim
Isabel Maria de Almeida Ferreira Amorim
Maria Antónia Pinho e Rebelo
11.12